

BASILÉIA II EM MEADOS DE 2006:
PERSPECTIVAS PARA IMPLEMENTAÇÃO E OUTROS DESENVOLVIMENTOS RECENTES¹

*Andrew Cornford*²

INTRODUÇÃO

Este artigo começa com uma breve descrição das informações relacionadas às expectativas atuais acerca da implementação de Basiléia II (seção 1). Tal descrição diz respeito principalmente a países específicos e, assim, acrescenta informações à pesquisa de 2004 do Instituto de Estabilidade Financeira (*Financial Stability Institute, FSI*) sobre a expectativa para as principais regiões, na qual os países não eram identificados. A descrição é seguida de informações mais detalhadas relativas aos planos de implementação de países específicos que inclui datas, cobertura e escolha de diferentes opções sob Basiléia II. O Comitê da Basiléia para Supervisão Bancária (*Basel Committee on Banking Supervision, BCBS*) e seu Grupo de Implementação do Acordo (*Accord Implementation Group, AIG*) têm recentemente dedicado considerável atenção para atingir a convergência na forma pela qual reguladores em diferentes países planejam implementar Basiléia II, e para cooperação da supervisão entre países para este propósito. Avanços neste sentido são discutidos na seção 2. Na seção 3 há uma análise da pesquisa do Estudo de Impacto Quantitativo 5 (*Quantitative Impact Study, QIS5*) do BCBS, e de dois estudos nacionais que fizeram parte do QIS4: o dos Estados Unidos, que alterou a velocidade e a forma da futura implementação de Basiléia II neste país, e da Suíça, que é interessante para objetivos de comparação. Conclui com algumas reflexões acerca do estado geral da implementação do acordo e das perspectivas para atingir os objetivos de Basiléia II.

1 DESCRIÇÃO DOS PLANOS PARA IMPLEMENTAÇÃO

A. Recapitulação da pesquisa do FSI

A pesquisa de 2004 do FSI sobre bancos não membros do BCBS permanece como a fonte mais completa de expectativas quanto à implementação de Basiléia II.³ As principais descobertas dessa pesquisa foram as seguintes.

- 88 dos 107 países que responderam ao questionário do FSI pretendiam implementar Basiléia II. Se os países membros do BCBS forem adicionados a este total, o número aumenta para mais de 100.

- Os ativos bancários em países que pretendem implementar Basiléia II excediam 90% dos totais regionais para África, América Latina, Oriente Médio e países europeus não membros do BCBS, e atingia quase 90% para a Ásia.

- Das diferentes opções para definição de requerimentos de capital para risco de crédito (ver Quadro 1), a versão *foundation* da abordagem baseada em classificação interna (*Foundation Version of the Internal Rating-Based Approach, FIRBA*) deve ser a mais amplamente usada, estando a abordagem padronizada (*Standardised Approach, SA*, incluindo a versão simplificada) logo atrás. Em 2009, bancos

¹ Tradução do inglês de Mariana Midori Nakashima. Revisão técnica de Simone Deos.

² Financial Markets Center, Genebra.

³ Ver FSI (2004).

representando 50% ou mais do total de ativos de todas as regiões, exceto o Caribe, esperam estar utilizando o FIRBA. Por esta data apenas uma pequena parcela dos ativos bancários deve estar coberta pela versão avançada da abordagem baseada em classificação interna (*Advanced Version of the Internal Rating-Based Approach, AIRBA*). Esta proporção deve crescer para cerca de 25% em 2015.

- Ao final de 2009, a opção mais comumente usada para definição dos requerimentos de capital para risco operacional deve ser a abordagem mais simples do Indicador Básico (*Basic Indicator Approach, BIA*). Mas as expectativas por região variam, sendo a proporção de ativos bancários cobertos pela Abordagem Padronizada (*Standardised Approach for Operational Risk, SAOR*) especialmente alta para a América Latina. A BIA deve permanecer como a abordagem mais utilizada em 2015, embora algum aumento do uso da Abordagem de Mensuração Avançada (*Advanced Measurement Approach, AMA*) também seja então esperado.

QUADRO 1. As abordagens e opções alternativas de Basiléia II

De acordo com o Pilar 1 de Basiléia II, requerimentos de capital regulatório para o risco de crédito são calculados de acordo com duas abordagens distintas: a padronizada e a baseada em classificação interna. Segundo a abordagem padronizada (SA), a mensuração do risco de crédito é baseada na avaliação feita por instituições de classificação externa de crédito (*External Credit Assessment Institutions, ECAIs*), tais como agências de *rating* ou agências de fomento de exportação. Já sob a abordagem padronizada simplificada, Basiléia II combina em um único item a opção mais simples da abordagem padronizada com o objetivo de facilitar escolhas para alguns bancos e supervisores. De acordo com a abordagem baseada em classificação interna (*Internal Rating Based Approach, IRBA*), sujeita à aprovação do supervisor quanto ao cumprimento de certas condições, os bancos usariam seus próprios sistemas de *rating* para medir alguns ou todos os determinantes do risco de crédito. Sob a versão *foundation* (FIRBA), os bancos calculam a probabilidade de *default* (*Probability of Default, PD*) baseados em seus próprios *ratings*, mas dependem de seus supervisores para a mensuração de outros determinantes do risco de crédito. Sob a versão avançada (*Advanced Version of the Internal Rating Based Approach, AIRBA*), os bancos também estimam suas próprias medidas de todos os determinantes do risco de crédito, incluindo a perda associada à *default* (*Loss Given Default, LGD*) e exposição em *default* (*Exposure at Default, EAD*).

Sob os requerimentos regulatórios de capital para risco operacional existem três opções de sofisticação progressiva. Sob a abordagem do indicador básico (*Basic Indicator Approach, BIA*) o capital requerido é uma porcentagem do resultado bruto (*gross income*) do banco. Sob a abordagem padronizada (*Standardized Approach, SAOR*) o capital requerido é a soma de porcentagens específicas do resultado bruto do banco em oito linhas de negócios (ou, alternativamente, em duas dessas linhas de negócios, atividade de varejo e atividade de banco comercial, com porcentagens diferentes de empréstimos e adiantamentos). Sob a abordagem de mensuração avançada (*Advanced Measurement Approach, AMA*), sujeitos a critérios de supervisão mais rígidos, bancos estimam o capital requerido com seus próprios sistemas para mensurar o risco operacional.

Os pilares 2 e 3 de Basiléia II são relativos à revisão da supervisão da adequação de capital e ao alcance da disciplina de mercado através da abertura de informações.

B. Implementação em âmbito nacional: objetivos e datas planejadas

Outras informações mais detalhadas relativas à implementação de Basiléia II em países específicos estão disponíveis. A informação está resumida abaixo: todos os países listados pretendem implementar Basiléia II para todo ou a maior parte de seus setores bancários; e eles estão classificados pela presença ou ausência de informação sobre datas planejadas de implementação nas fontes utilizadas.⁴ As datas, geralmente mas não invariavelmente, se referem ao início dos anos, e maior precisão é dada onde existe essa possibilidade. No caso dos países membros da União Européia (EU), a

⁴ Essas fontes estão no Anexo 1.

Instrução para Requerimentos de Capital (*Capital Requirements Directive, CRD*), que segue Basiléia II em linhas gerais, está para ser implementada no início de 2007 para bancos usando as abordagens mais simples e padronizadas para requerimentos de capital, e a partir do início de 2008 para bancos utilizando a abordagem avançada. Existem dúvidas (ver seção 1C) sobre a viabilidade de atingir estes objetivos para toda a União Européia. Por isso, para estes países, a data é especificada abaixo como “2007/2008 (EU)”. Para outros países ou territórios, as abordagens permitidas ou com expectativa de serem adotadas (AS, IRBA, FIRBA, AIRBA, e, ocasionalmente, aqueles adotados para risco operacional) estão especificadas entre parênteses ao lado da data projetada, caso a informação esteja disponível – o que geralmente não é o caso para as opções de requerimento de capital para risco operacional – ou ao lado de “n.d.”, caso não esteja. Para países que indicaram que pretendem seguir com cálculos paralelos (ver seção 2C) durante um período antes da autorização do uso do IRBA, mas sem indicar uma data esperada para tal autorização, a denotação é PC (*Parallel Calculations*). Considerando a inclusão da recém revisada Emenda do Acordo de Capital de 1996 para incorporar risco de mercado no QIS5 (discutida na seção 3), o resumo abaixo também inclui informações relativas a sua adoção: se os bancos estão sujeitos a requerimentos de capital para risco de mercado, isto é denotado por “MR” (*Market Risks*); e se eles também podem utilizar modelos internos para atingir estes requerimentos, isto é denotado por “MR/IM” (*Market Risk/Internal Models*).

Países com uma data projetada para implementação

Austrália: fim de 2007(todas as abordagens)/MR/IM
 Áustria: 2007/2008(EU); MR/IM
 Bahrein: 2008/2009; MR/IM
 Bélgica: 2007/2008(EU); MR/IM
 Canadá: Dezembro de 2007(SA,IRBA), MR/IM
 República Tcheca: 2007/2008(EU); MR/IM
 Dinamarca: 2007/2008(EU); MR/IM
 Finlândia: 2007/2008(EU); MR/IM
 França: 2007/2008(EU); MR/IM
 Alemanha: 2007/2008(EU); MR/IM
 Grécia: 2007/2008 (EU); MR
 Hong Kong: 2007(SA), 2008(IRBA); MR/IM
 Índia: Março de 2007(SA,BIA); MR
 Irlanda: 2007/2008(EU); MR/IM
 Itália: 2007/2008(EU); MR/IM
 Letônia: 2007/2008(EU); MR
 Luxemburgo: 2007/2008(EU); MR/IM
 Malásia: 2008(SA, BIA),2010(FIRBA)
 Nova Zelândia: Janeiro de 2008(SA,IRBA)
 Holanda: 2007/2008(EU); MR/IM
 Noruega: 2007/2008(EU); MR/IM
 Polónia: 2007/2008(EU); MR/IM
 Filipinas: 2007(SA); MR/IM
 Portugal: 2007/2008(EU); MR/IM
 Cingapura: final de 2006 (todas as abordagens); MR/IM
 África do Sul: 2008(SA,PC); MR/IM
 Coreia do Sul: final de 2007(todas as abordagens)
 Espanha: 2007/2008(EU); MR/IM
 Sri Lanka: 2008(SA,PC)
 Suécia: 2007/2008(EU); MR/IM
 Suíça: 2007/2008(todas as abordagens); MR/IM
 Taiwan: final de 2006
 Tailândia: final de 2006(SA)
 Reino Unido: 2007/2008(EU); MR/IM
 Estados Unidos: 2008(AIRBA, AMA); MR/IM

Países sem data programada para implementação

Albânia
 Argentina: MR
 Bermudas: MR
 Bulgária
 Chile: n.d.(SA,IRBA)
 China: n.d.(SA,IRBA)
 Croácia
 Israel: MR/IM
 Japão: n.d.(SA,FIRBA); MR/IM
 Ilhas Maurício: n.d. (SA, IRBA)
 Panamá
 Romênia: MR
 Turquia: MR/IM
 Uruguai

C. Implementação em âmbito nacional: informação suplementar

A seguinte informação complementa os dados sumarizados na seção 1B.

União Européia

A CRD, que traduz Basiléia II à legislação da União Européia, foi ratificada em outubro de 2005. O escopo geográfico da Instrução será a Área Econômica Européia (*European Economic Area, EEA*), ou seja, Noruega, Islândia e Liechtenstein e os países membros da UE. A CRD se aplica não apenas aos bancos e outras instituições de crédito, como cooperativas, mas também a firmas de investimento, conforme definidas nas Instruções para Serviços de Investimentos (*Investment Services Directive*),⁵ um termo que inclui *broker/dealers*, administradores de ativos, estruturadores e transmissores de ordens de negociação com *securities* e subscritores de *securities*. Para bancos usando as abordagens mais simples, ele começa a valer a partir do início de 2007, e para aqueles usando IRBA e AMA, no início de 2008. Entretanto, a complexidade do CRD (que tem aproximadamente 500 páginas) já tem causado atrasos na implementação, de forma que a aderência à agenda em âmbito nacional pode não ser viável em toda a UE.

Requerimentos de capital para riscos de mercado de diferentes instrumentos financeiros para bancos e firmas de investimento na UE foram introduzidos pela Instrução de Adequação de Capital de 1993.⁶ As regras foram ampliadas para cobrir o uso de modelos internos para estimar os requerimentos de capital para este propósito (como permitido pela Emenda de 1996 do Acordo de Capital para Incorporação de Riscos de Mercado do BCBS) por uma instrução de 1998 que emenda a de 1993.⁷

Cálculos Paralelos

Durante períodos de transição, bancos que adotam FIRBA, AIRBA e/ou AMA são requeridos, sob Basiléia II, a calcular seus requerimentos de capital usando não apenas estas abordagens, mas também as regras do Acordo de Capital de Basiléia de 1988. Referências aos cálculos paralelos nas informações do país relativas à implementação de Basiléia II podem ser interpretadas como declarações de intenção para permitir o uso permanente destas opções pelos bancos.

Bancos Islâmicos

Como parte da sua resposta à Basiléia II, a Autoridade Islâmica de Serviços Financeiros estabeleceu padrões para gestão de risco e adequação de capital, cuja recomendação para implementação é 2007.

Argentina

As autoridades de regulação podem implementar Basiléia II com períodos de transição durante os quais os bancos continuarão a usar o Acordo de Capital da Basiléia de 1988.

⁵ Instrução do Conselho 93/22/EEC de 10 de maio de 1993 sobre serviços de investimento no setor de *securities*.

⁶ Instrução do Conselho 93/6/EEC de 15 de março de 1993 sobre adequação de capital de firmas de investimento e instituições de crédito.

⁷ Parlamento Europeu e Instrução do Conselho 98/31/EC de 22 de junho de 1998 emendando a Instrução do Conselho 93/6/1993 sobre adequação de capital para firmas de investimento e instituições de crédito.

Austrália

Inicialmente, espera-se que bancos menos complexos adotem as opções mais simples de Basiléia II.

Bahrein

A maioria dos bancos pretende adotar a SA.

Canadá

A Autoridade Canadense sobre as Instituições Financeiras espera que os grandes bancos internacionalmente ativos adotem o AIRBA.

China

Basiléia II deve ser adotada gradualmente em alguns anos. Em março de 2004, novas regras de capital para bancos foram introduzidas. Elas incluíram uma versão ajustada do Acordo de Capital da Basiléia de 1988 com o uso de *ratings* das ECAs para transações internacionais, implementação da Emenda ao Acordo de Capital de 1996 para Incorporação de Riscos de Mercado, introdução dos Pilares 2 e 3 de Basiléia II, e provisão adequada para perdas derivadas de empréstimos.

Dinamarca

A implementação gradual de Basiléia II começou em janeiro de 2005, em conjunto com a introdução das Regras Internacionais para Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards, IFRS*).

Grécia

O Banco da Grécia está envolvido em discussões acerca de cooperação e convergência além-fronteira como parte da expansão de alguns bancos do país para países dos Bálcãs.

Hong Kong

A Autoridade Monetária de Hong Kong (HKMA) não está preparada para incentivar o uso da AMA, pelo menos inicialmente. Pesquisas indicam que a maioria dos bancos locais adotará a SA. Para instituições pequenas e mais simples, o HKMA disponibilizará a Abordagem Básica para estimar requerimentos de capital para risco de crédito, que combinará as regras do Acordo de Capital da Basiléia de 1988 com mudanças para aproximá-lo à Basiléia II.

Índia

Basiléia II será aplicada a bancos comerciais a partir de 31 de março de 2007, embora flexibilidade em relação a essa programação possa ser necessária. Bancos Cooperativos continuarão a ser regulados pelas regras do Acordo de Capital de Basiléia de 1988, e Bancos Regionais Rurais de acordo com um requerimento mínimo de capital mais simples.

Itália

Basiléia II está sendo introduzida durante 2005-2007 em conjunto com a IFRS.

Japão

Emendas à regulação bancária para incorporar Basiléia II estarão disponíveis apenas após o lançamento do documento definitivo pelo BCBS. Os problemas a serem resolvidos incluem a definição de *default* (em um país onde operações de salvamento são freqüentes) e o tratamento do LGD (tendo em vista os procedimentos extremamente demorados no país para recuperação de empréstimos). Espera-se que os grandes bancos adotem a FIRBA, tendo em vista a dificuldade de acumular longas séries de informações para a estimação do LGD após as várias fusões e reestruturações recentes no setor bancário.

Malásia

A implementação da SA no início de 2008, e da FIRBA no começo de 2010, serão precedidas por períodos de um ano no qual os bancos serão obrigados a reportar pró-forma ao Banco da Malásia (Bank Negara Malaysia, BNM) de acordo com cada uma destas abordagens. As linhas-mestras ainda devem ser decididas para outras abordagens de risco operacional que não a BIA.

Ilhas Maurício

Consultas estão sendo feitas entre reguladores e bancos sobre a implementação de Basiléia II. Preocupações especiais são (1) a falta de uma cultura para classificar tomadores de empréstimos no país, (2) a convergência regulatória entre Ilhas Maurício e os países de origem dos bancos estrangeiros que lá atuam, e (3) várias questões técnicas relevantes para a IRBA, tais como a efetividade da validação supervisória para parâmetros-chave e a qualidade dos testes de stress feitos pelos bancos.

Cingapura

Subsidiárias locais dos bancos estrangeiros com licenças bancárias restritas não estão, atualmente, sujeitas aos requerimentos de adequação de capital (embora eles sejam sujeitos a critérios regulatórios para patrimônio líquido etc.). É provável que esta isenção mude com a implementação de Basiléia II.

África do Sul

Cálculos paralelos acontecerão durante 2007.

Sri Lanka

Cálculos paralelos (“testes feitos em paralelo com Basiléia I”) estarão começando em 2006.

Suíça

Adicionalmente às abordagens de Basiléia II, os bancos suíços poderão escolher uma Abordagem Padronizada Suíça (*Swiss Finish*) desenhada para bancos com uma orientação de negócios

doméstica, e não internacional. Esta abordagem requer mudanças mais limitadas que aquelas de Basiléia II em comparação com o regime de capital já vigente.

Taiwan SAR

Espera-se que a implementação ocorra de acordo com a agenda sugerida pelo BCBS.

Tailândia

Pelo menos inicialmente Basiléia II será aplicada apenas a bancos comerciais, cujas licenças cobrem todas as atividades bancárias, mas não a bancos de varejo, que dedicam-se principalmente a prover serviços a pequenas e médias empresas (SME) e consumidores de baixa renda.

Turquia

Um período de transição durante o qual os bancos poderão permanecer sob o Acordo de Capital de Basiléia de 1988 está sendo considerado.

Estados Unidos

Apenas bancos com ativos totais ou com o total de ativos em âmbito internacional acima de níveis específicos serão obrigados a adotar a AIRBA e a AMA. Outros grandes bancos devem adotar Basiléia II utilizando estas abordagens. Entretanto, o processo de consulta relativo à Basiléia II foi prolongado dada a necessidade de tempo, por parte dos reguladores, para tirar conclusões das análises dos resultados do QIS4US (ver seção 3) e dadas as preocupações recorrentes relacionadas aos possíveis efeitos competitivos desfavoráveis de um regime que limita Basiléia II e as conseqüentes reduções em capital e custos para grandes bancos. Mais atrasos podem resultar da Lei Pública No. 109-173, que foi adotada em fevereiro de 2006, e determina uma avaliação de Basiléia II pelo *General Accounting Office* (GAO).⁸ Atualmente, a implementação de Basiléia II não é esperada antes de janeiro de 2008. Emendas (Basiléia IA) às regras atuais baseadas no Acordo de Capital da Basiléia de 1988, que continuará a ser aplicado à maior parte dos bancos dos Estados Unidos, estão também sendo consideradas. Elas provavelmente devem aumentar a sensibilidade ao risco dos requerimentos de capital em comparação com as regras existentes – e assim, inter alia, reduzir distorções na competição entre os bancos do país que poderá resultar da restrição dos menores requerimentos de capital associados à calibração do risco de Basiléia II para uma minoria de grandes bancos.⁹ Propostas de regulação para estas questões são esperadas para o verão de 2006.

⁸ No estudo, o Contador Geral deve se pronunciar a respeito de várias questões: (a) se Basiléia II reduzirá os requerimentos de capital; (b) se o acordo poderá limitar a execução rápida de ações corretivas; (c) se ele trará implicações para a segurança e solidez do sistema financeiro do país; (d) seus custos tanto para bancos quanto reguladores; (e) a aplicabilidade e adequação dos modelos; (f) a capacidade dos reguladores para supervisionar o respeito às regras de Basiléia II; e (g) a capacidade das instituições reguladoras para atrair e reter supervisores com o conhecimento necessário.

⁹ Como resultado das revisões feitas desde 2001, sob a regulação de Basiléia II os supervisores podem agora permitir a implementação gradual em etapas do IRBA em algumas classes de ativos. Isso significaria permitir aos bancos adotar IRBA apenas para categorias de exposição, como varejo ou pequenas e médias empresas, para as quais maiores requerimentos de capital, segundo o Acordo de Capital da Basiléia de 1988 ou a SA de Basiléia II, os deixariam mais vulneráveis em relação a competidores maiores que adotem o IRBA para todo o seu negócio. A rejeição dos reguladores dos Estados Unidos de uma abordagem para Basiléia II que incluía aprovação do IRBA limitado a certas categorias de exposição bancária pode se dever, por exemplo, à falta de efetivo para supervisionar IRBA em instituições que adotem uma versão mais limitada, que podem chegar a milhares, e às dificuldades de encontrar padrões que incluam a disponibilidade de informação requerida pelo IRBA para a maioria dos bancos do país.

QUADRO 2. Capital mínimo requerido para bancos na Rússia

Para a versão russa do Acordo de Capital da Basiléia de 1988, o Banco Central da Federação Russa (*Central Bank of the Russian Federation, CBR*) estabeleceu cinco categorias básicas de ponderação de risco para estimação de capital mínimo requerido. Estas ponderações (0, 10, 20, 50 e 100%) basicamente seguem o acordo de 1988, com algumas exceções:

- É dada a hipotecas residenciais a ponderação de 100%, ao invés dos 50% do Acordo, dada a dificuldade, de acordo com o Código Civil Russo, de expulsar certas categorias de mutuários em caso de *default*;
- A ponderação de risco de 20% é usada como *proxy* para os métodos mais elaborados da Emenda de 1996 do Acordo de Capital para Incorporação de Risco de Mercado;
- Desde janeiro de 2004 as regras incluem métodos para estimar o risco de crédito para alguns itens fora de balanço, como garantias e outros passivos contingentes que envolvam risco de crédito. Estas regras também cobrem contratos de derivativos, embora na data de sua introdução a eficácia legal dos contratos de derivativos ainda fosse incerta (Ver Tompson, 2004).

Desde o início de 2005 o CBR vem fazendo consultas e outros preparativos para a implementação de Basiléia II. Ele também está introduzindo regras para requerimento de capital para risco de mercado que incluem tanto o método padronizado de estimação de risco da Emenda de 1996 quanto o método baseado na estimação do *Value at Risk* com modelos internos (Banco Central da Federação Russa, 2004, p. 67).

2 CONVERGÊNCIA E COOPERAÇÃO DA SUPERVISÃO ENTRE PAÍSES

Um dos objetivos de Basiléia II, como o de seu predecessor, o Acordo de Capital da Basiléia de 1988, é assegurar um grau de consistência na regulação da adequação de capital dos bancos internacionais que seja suficiente para evitar que as regras se tornem fonte de desigualdade competitiva significativa. Esse objetivo deve ser atingido de forma que acomode a variedade de abordagens de requerimentos de capital para risco de crédito e operacional, de acordo com o Pilar 1, bem como a flexibilidade, dada pelo Pilar 2, para que os supervisores, em suas revisões dos controles internos de risco dos bancos, possam prescrever capital regulatório adicional ao mínimo previsto pelo Pilar 1. No caso de bancos que realizam operações fora de seus países, Basiléia II deve ser aplicada com uma estrutura de supervisão consolidada que pode levar a dificuldades se o supervisor de um banco internacional em seu país de origem, e aquele do país onde atua, aplicarem regras diferentes. Dificuldades podem surgir, por exemplo, se houver diferenças nas opções de requerimento de capital que os supervisores estão dispostos a permitir em suas respectivas jurisdições. Tais diferenças têm o potencial de impor aos bancos os custos obrigatórios e adicionais da estimativa de requerimento de capital de entidades em diferentes países de acordo com regras diferentes.

A abordagem do BCBS para atingir a convergência regulatória e supervisória tem sido a de confiar ao Grupo para Implementação do Acordo (*Accord Implementation Group, AIG*), um grupo de trabalho de supervisores, a tarefa de promover a consistência através da troca de informação entre supervisores na implementação de Basiléia II. O AIG empreendeu também uma série de estudos de caso, que algumas vezes transformaram-se na base para o planejamento real da cooperação supervisória além-fronteiras no que diz respeito à implementação. Uma descoberta desses estudos de caso é que as lacunas a respeito do planejamento de Basiléia II existem não somente no nível da cooperação entre supervisores em diferentes países, mas também no nível dos fluxos de informação entre as diferentes unidades dos bancos internacionais.¹⁰ Em meados de 2006, o BCBS publicou um

¹⁰ Ver Caruana (2004).

artigo sobre informação internacional compartilhada entre os supervisores, no qual descreveu as exigências para tal compartilhamento entre os supervisores do país de origem de bancos internacionais e os supervisores no país em que atuam suas subsidiárias, reconhecendo que exigências similares poderiam também ser aplicadas aos supervisores de ambos os países.¹¹ As recomendações do artigo destacam os princípios estratégicos para a implementação de Basiléia II em diferentes países, como determinado pelo BCBS em 2003.¹²

Também está disponível informação sobre como os vários reguladores e supervisores abordarão o problema da convergência supervisiória em suas jurisdições.

- Na União Europeia/Área Econômica Europeia, de acordo com os princípios de reconhecimento múltiplo e controle do país de origem, a aplicação do CRD – incluindo autorização de diferentes abordagens e opções – será responsabilidade do supervisor consolidador, ou seja, o supervisor com a responsabilidade primária pela supervisão do grupo bancário com operações fora do país.

- As autoridades na Malásia permitirão que subsidiárias de bancos estrangeiros, que são obrigados a utilizar o IRBA pelos seus supervisores de origem, adotem o mesmo método para calcular os requerimentos de capital neste país. (Incorporação local é requerida a bancos estrangeiros, de forma que não haja filiais estrangeiras na Malásia). Bancos locais poderão utilizar o FIRBA apenas a partir de 2010 – o que, segundo as regras, pode ser posterior à data para alguns bancos estrangeiros.¹³

- Bancos na Nova Zelândia que pertencem a grupos internacionais, como são a maioria, poderão basear seus requerimentos de capital nos modelos internos aplicados nos seus países de origem, sujeitos a convencer o *Reserve Bank* de que esses modelos são apropriados às condições locais. O *Reserve Bank* concordou com a Autoridade de Regulação Prudencial Australiana sobre os Termos de Compromisso estabelecendo princípios estratégicos para a implementação de Basiléia II além-fronteiras.¹⁴

- No Panamá, filiais de bancos estrangeiros poderão implementar Basiléia II de acordo com as escolhas de suas matrizes.¹⁵

- Em Cingapura, a implementação de Basiléia II para filiais de bancos estrangeiros que podem atuar em todo o espectro de serviços bancários será baseada na abordagem adotada pelos supervisores de seus países de origem.¹⁶

- Supervisores na Tailândia confiarão na avaliação dos supervisores dos países de origem quanto ao nível de capital requerido para as filiais de bancos estrangeiros.¹⁷

3 ESTUDOS DE IMPACTOS QUANTITATIVOS

A. QIS5

No texto publicado em junho de 2004 (*Revised Framework*), o BCBS estabeleceu sua intenção de conduzir uma revisão adicional do impacto de Basiléia II para verificar se o objetivo de manter o

¹¹ Ver BCBS (2006a).

¹² Ver BCBS (2003).

¹³ Ver Matten (2005, p. 279) e Akhtar Aziz (2005).

¹⁴ Ver Orr (2006) e Institute of International Bankers (2005, p. 39).

¹⁵ Ver Institute of International Bankers (2005, p. 125, nota 14).

¹⁶ Ver Matten (2005, p. 282, nota 13).

¹⁷ Ver Matten (2005, p. 284).

requerimento mínimo de capital regulatório inalterado seria atingido.¹⁸ Se necessário, o BCBS irá requerer aplicação de um fator de conversão para requerimentos de capital do IRBA, para o qual a melhor estimativa, baseada no Estudo de Impacto Quantitativo anterior (QIS3), foi de 1.06. Na primavera de 2006 o BCBS anunciou os resultados do QIS5 (que são analisados em maiores detalhes no Anexo 2). De acordo com as estimativas do QIS5 haveria uma redução no requerimento de capital para bancos nos países do G10 sob o IRBA, maior para o AIRBA que para o FIRBA, e resultados similares foram encontrados para bancos em países não pertencentes ao G10, países pertencentes a EEA e em países candidatos à UE.¹⁹ Para os poucos bancos do Grupo 1 (ou seja, bancos grandes, diversificados e internacionalmente ativos com capital Nível 1 superior a 3 bilhões de euros) em países do G10 que adotarem SA haveria um aumento no requerimento de capital. Para bancos do Grupo 2 em países do G10 (bancos menores e mais especializados) haveria reduções no capital requerido em todas as abordagens (SA, FIRBA e AIRBA) devido à maior proporção entre seus ativos de exposições de varejo exigindo menores alocações de capital, e resultados similares também foram obtidos para bancos em países europeus não pertencentes ao G10 e países candidatos à UE. Bancos em países não-pertencentes ao G10 que participaram do QIS5 mostraram substancial dispersão no capital requerido tanto dentro quanto entre países, mas aqui há também, na média, reduções no capital mínimo requerido para bancos que adotaram IRBA (mas aumentos naqueles que adotaram SA). O BCBS conduziu uma análise da ciclicidade dos requerimentos de capital de Basileia II, mas foi incapaz de chegar a uma conclusão sobre o quanto as condições econômicas benignas prevalentes durante o QIS5 influenciaram os resultados. Baseado nos resultados do QIS5, o BCBS decidiu que nenhum ajuste do fator de conversão é necessário neste estágio. Esta decisão pode ser revisada assim que os resultados dos cálculos paralelos nacionais (ver seção 1C) estiverem disponíveis.

B. QIS4

Após a publicação do *Revised Framework* alguns países realizaram estudos do impacto nacional de Basileia II, coletivamente denominados QIS4. O estudo dos Estados Unidos (QIS4US) foi objeto de especial atenção devido às discordâncias em relação à Basileia II entre os diferentes reguladores do país e às críticas no Congresso. Um resumo dos resultados do QIS4 dos Estados Unidos é seguido aqui por um da Suíça (QIS-CH), um país cujo setor bancário, como o dos Estados Unidos, é formado por grandes bancos domésticos bem como por instituições de escopo internacional.

26 instituições participaram do QIS4US, e estimativas dos efeitos de Basileia II estão limitadas às abordagens mais avançadas, já que apenas estas serão permitidas para os bancos dos Estados Unidos.²⁰ Os resultados mostraram uma redução no requerimento mínimo de capital agregado de 15,5% (a mediana da redução foi 26%), um número substancialmente maior que os 6% atingidos no exercício anterior (QIS3). Houve também uma dispersão substancial nos números para diferentes bancos, e esta dispersão foi também evidente nos inputs para as estimativas de requerimentos de capital, PD e LGD. Embora os resultados do QIS4 sejam considerados mais confiáveis que aqueles do QIS3, alguns dos bancos participantes reconheceram suas dificuldades em fazer algumas estimativas e o estágio pouco desenvolvido dos seus sistemas para implementação de Basileia II.

As maiores descobertas das análises dos resultados feitas pelos reguladores dos Estados Unidos foram as seguintes:

¹⁸ BCBS (2005, § 14).

¹⁹ Ver Basel... (2006) e BCBS (2006b).

²⁰ Ver Federal.... (2006).

(1) Dado o cenário econômico favorável durante a condução do QIS4US, as estimativas de requerimentos de capital foram menores do que seriam em condições mais adversas. Neste contexto, uma atenção particular foi dada à considerável variação nos parâmetros do LGD usado por diferentes bancos (comparar com ponto 3 abaixo): em alguns casos estes parâmetros não foram baseados em experiência ao longo de todo ciclo econômico e, assim, não incorporaram níveis de perdas característicos de desacelerações. (Como discutido na seção 3A, as estimativas do QIS5 do BCBS foram afetadas por problemas similares).

(2) Diferenças na composição e qualidade do crédito dos ativos bancários contribuíram para a dispersão dos requerimentos de capital estimados.

(3) Influências mais importantes nesta dispersão foram as diferenças entre os bancos quanto aos métodos usados e às estimativas de parâmetros chave. Análises dos resultados para crédito corporativo e hipotecas residenciais mostraram que houve uma variação significativa no tratamento de exposições a riscos similares por diferentes bancos.

77 instituições (70 bancos e 7 agências de *securities*) participaram do QIS-CH, compreendendo todos (incluindo firmas estrangeiras) que pediram autorização para usar IRBA ou AMA. Bancos suíços participantes do QIS5 poderiam não participar do QIS-CH.²¹ Os resultados do exercício indicaram uma redução no requerimento de capital de 2,34% para o grupo como um todo (que é equivalente à variação média ponderada). A variação da mediana foi um aumento no capital requerido de 1,01%, e a variação não-ponderada foi um acréscimo de 8,24% (que indica que reduções em capital requerido foram concentradas entre as maiores instituições). A *Swiss Federal Banking Commission (SFBC)* atribui as reduções a menores requerimentos de capital para hipotecas residenciais, empréstimos com garantias (Lombard), e empréstimo a clientes de varejo e pequenas e médias empresas. Bancos utilizando o SA Suíço (*Swiss Finish*) tiveram maior capital requerido do que aqueles usando a versão SA do BCBS. Na verdade, o SFBC impõe um limite para requerimentos de capital que excede o mínimo regulatório em 20%. QIS-CH mostrou um aumento no número de bancos que não conseguiram atingir este limite como resultado dos novos requerimentos de capital de 2 para 4. Na maioria dos casos, bancos enfrentando aumento no requerimento de capital tinham capital suficiente para ultrapassar o nível estipulado.

4 RITMO E CARACTERÍSTICAS DA IMPLEMENTAÇÃO: CONCLUSÕES PRELIMINARES

De acordo com as análises desse artigo, a implementação global de Basiléia II será desigual, e a programação da *Revised Framework*, com data de início no começo de 2007, será cumprida apenas por uma minoria de países. Questões ainda pendentes no momento da publicação da *Revised Framework*, em junho de 2004, têm sido tratadas em uma série de documentos do BCBS desde aquela data, e uma versão atualizada foi publicada em novembro de 2005.²²

É natural perguntar até que ponto o processo que estamos testemunhando constitui um sucesso para uma iniciativa que já consumiu consideravelmente mais tempo do que aquele que o BCBS inicialmente esperava. A resposta para a parte mais técnica desta pergunta, notadamente o impacto de Basiléia II no controle de risco bancário pelos próprios bancos e seus supervisores – e assim “sobre a solvabilidade e estabilidade do sistema bancário internacional” nas palavras do *Revised Framework* (parágrafo 4) – deve esperar pela experiência prática de Basiléia II. Mas algumas observações em

²¹ Ver Swiss Federal Banking Commission.

²² Tais questões serão tratadas em um comentário técnico em separado.

outras questões valem a pena ser feitas mesmo neste estágio inicial, das quais várias se referem ao segundo maior objetivo de Basileia II (já mencionado na seção 2), “dar consistência suficiente para que a adequação de capital não se torne uma fonte de desigualdade entre os bancos internacionalmente ativos” (ibid).

- Muitas das mudanças em Basileia II, desde a publicação da primeira versão articulada tecnicamente,²³ se dão na direção de uma maior flexibilidade na sua aplicação. Tal flexibilidade implica em variações nas regras e também entre diferentes bancos, e então pode comprometer o segundo objetivo de Basileia II, de evitar distorções competitivas devido ao capital regulatório mínimo. Esta flexibilidade foi, em parte, resultado do reconhecimento pelo BCBS de que, globalmente, Basileia II seria amplamente aplicada aos bancos domésticos e aos bancos internacionalmente ativos, e assim, regras incluindo variações desenhadas para responder às necessidades de um espectro amplo de instituições, de diferentes níveis de sofisticação, seriam indispensáveis.

- O próprio BCBS aceitou que, em muitos países, Basileia II pode não ser uma prioridade regulatória. Os atrasos na implementação, bem como a não-adoção de Basileia II em alguns países para todas ou substanciais partes de seus setores bancários, significam que a regulação global do capital dos bancos permanecerá uma colcha de retalhos. As dificuldades e restrições relativas à implementação nos Estados Unidos são freqüentemente citadas neste contexto (ver seção 1) e existem preocupações de que o atraso na implementação de Basileia II possa ter um efeito adverso no curto prazo para a competitividade dos bancos internacionais. Abordagens para a implementação incluindo regras novas, localmente desenhadas, similares à Basileia IA também são vistas em outros lugares (por exemplo, em Hong Kong e Suíça), mas não são tipicamente citadas como tendo maior influência nas perspectivas de sucesso ou fracasso de Basileia II.

- A evidência neste artigo, contudo, sugere que Basileia II será implementada amplamente. Na Europa isto será resultado da legislação. Mas em mercados emergentes e países em desenvolvimento a direção parece estar em copiar, com o objetivo de adotar melhores práticas internacionalmente reconhecidas.

- Como mencionado na seção 2, os problemas relacionados à convergência supervisória além fronteiras, e cooperação em relação à adoção de diferentes abordagens e opções de Basileia II que apoiem a competição no setor bancário além-fronteiras e entre países, é o objetivo de um trabalho contínuo envolvendo a AIG. Casos discutidos na seção 2 sugerem que estas dificuldades podem ser resolvidas. Entretanto, redes de cooperação supervisória se tornam mais difíceis de administrar à medida que os países envolvidos se tornam mais numerosos e heterogêneos. Os problemas podem se tornar mais controversos, por exemplo, quando a cooperação supervisória é requerida entre países com economias e setores bancários de tamanhos bastante diferentes.

- Basileia II, assim como o Acordo de Capital da Basileia de 1988, enuncia apenas regras para capital mínimo requerido. Este mínimo é compatível com uma variação considerável nos níveis de capital econômico efetivamente estabelecidos pelos próprios bancos para controlar risco bancário. Ainda, como mencionado na seção 2, no Pilar 2 uma quantidade não especificada de capital adicional é, na verdade, prescrita para cobrir riscos não-considerados – ou não completamente cobertos – pelo Pilar 1. As conseqüentes variações no capital dos bancos complicará a análise da contribuição de Basileia II na prevenção de distorções competitivas no sistema bancário internacional.

²³ Ver BCBS (2001).

- Uma análise final da importância de Basiléia II pode focar em seu papel como componente crucial dos padrões para supervisão bancária e controles internos que vêm sendo crescentemente implementados em todo o mundo, o que pressupõe aceitação de modelos globalmente mais uniformes das práticas bancárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKHTAR AZIZ, Z. Cross-border challenges in implementing Basel II in emerging economies. Presented at Public-Private Dialogue Session do 7th SEACEN Conferência de Diretores de Supervisão de Economia da Asia-Pacífico, Kuala Lumpur, Aug. 4, 2005.

BANCO CENTRAL DA FEDERAÇÃO RUSSA. *Banking Supervision Report 2004*, p. 67.

BASEL Committee maintains calibration of Basel II framework. *BIS Press Release*, May 24, 2006.

BCBS. *The New Basel Capital Accord*. Basel: BIS, Jan. 2001.

BCBS. *High level principles for the cross-border implementation of the New Accord*. Basel: BIS, Aug. 2003.

BCBS. *Amendment to the capital accord to incorporate market risks updated November 2005* (Basiléia: BIS, Nov. 2005).

BCBS. *Home-host information sharing for effective Basel II Implementation*. Basel: BIS, Jun. 2006a.

BCBS. *Results of the Fifth Quantitative Impact Study (QIS5)*. Basel: BIS, Jun. 2006b.

BCBS. *International convergence of capital measurements and capital standards. A revised framework*. Basel: BIS, Jun. 2004; revisado em nov. 2005. § 14.

CARUANA, J. What's next for Basel. In: *BASEL II: reality check*. Conferência patrocinada pelo Financial Times e The Banker Magazine, London, Nov. 10, 2004.

FEDERAL regulators release summary findings of the Fourth Quantitative Impact Study. *Joint Press Release* do Board of Governors of the Federal Reserve System, Federal Deposit Insurance Corporation, Office of the Comptroller of the Currency, e Office of Thrift Supervision, Feb. 24, 2006. Disponível em: <www.federalreserve.gov/BoardDocs/Press/bcreg/2006/20060224/default.htm>.

FSI. *Implementação do novo framework de adequação de capital em países não membros do Comitê de Basiléia*. Basel: BIS, Jul. 2004. (Occasional Paper, n. 4).

INSTITUTE OF INTERNATIONAL BANKERS. *Global Survey 2005 Regulatory and Market Developments*. New York: Sept. 2005. p. 39.

MATTEN, C. Application and implementation in Asia-Pacific. In: TATTERSALL, J.; SMITH, R. *A practitioner's guide to the Basel Accord*. London: City and Financial Publishing, 2005. p. 279.

ORR, A. *Bank capital, risk management and the economy*. Discurso ao Retail Financial Services Forum, Auckland, Apr. 10, 2006.

SWISS FEDERAL BANKING COMMISSION. *Results of the national quantitative impact study (QIS-CH) of Basel II*. Disponível em: <www.sfb.admin.ch>.

TOMPSON, W. *Banking reform in Russia: problems and prospects*. Nov. 2004, Anexo 2. (OECD Economics Department Working Paper, n. 410).

ANEXO 1. FONTES

Institute of International Bankers (IIB), Global Survey 2005 Regulatory and Market Developments (Nova York, Setembro de 2005) foi uma fonte de informações acerca da implementação de Basileia II na UE e nos seguintes países/territórios: Argentina, Austrália, Áustria, Bahrein, Bélgica, Bermudas, Canadá, Chile, República Tcheca, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Hong Kong, Irlanda, Israel, Itália, Letônia, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Filipinas, Portugal, Cingapura, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, e Estados Unidos. A mesma publicação inclui informação sobre a introdução ou não de requerimentos de capital para risco de mercado e sobre se modelos internos são permitidos para este propósito.

As seguintes outras fontes também foram usadas para os países/territórios citados na seção 1B e 1C:

Albânia: A.Fullani (Presidente do Banco da Albânia), discurso no Southeastern European Financial Forum, Bucareste, 11 de novembro de 2005; P.M. Nagy, "Emerging Europe faces Basel upheaval", *The Banker*, outubro de 2005.

Bulgária: Nagy, *op. cit.* (em Albânia).

Canadá: N. Le Pan (Superintendente, Office of the Superintendent of Financial Institutions, Canada), na 7ª Annual Global Association of Risk Professionals 2006, Nova York, 28 de fevereiro de 2006.

China: C. Matten, "Application and implementation in Asia-Pacific", in J.Tattersall e R.Smith, *A Practitioner's Guide to the Basel Accord* (Londres: City and Financial Publishing, 2005); S.Timewell, "Chinese banks need foreign competition", *The Banker*, dezembro de 2005.

Croácia: Nagy, *op. cit.* (em Albânia).

Dinamarca: B.N. Andersen (Presidente do Banco Nacional da Dinamarca), em discurso à Annual Meeting of the Danish Bankers Association, Copenhagen, 1 de Dezembro de 2004.

Grécia: P. Thomopoulos (Vice-Presidente do Banco da Grécia), em discurso em um evento organizado pela European Bank Training Network e Hellenic Bank, Atenas, 4 de maio 2006.

Hong Kong: Matten, *op. cit.* (em China); S.Topping (Diretor Executivo, Política Bancária, HKMA), em discurso na ACIHK The Financial Markets Association Basel II Seminar, Hong Kong, 27 de setembro de 2005.

Índia: Matten, *op. cit.* (em China); Y.V.Reddy (Presidente do Reserve Bank of India), no Seminário "Challenges and implications of Basel II for Asia" como parte da Asian Development Bank's 39th Annual Meeting of the Board of Governors, Hyderabad, 3 de maio 2006; e *id.*, "Reforming India's financial sector: changing dimensions and emerging issues", palestra pública para o Centro Internacional de Estudos Monetários e Bancários, IUIHEI, Genebra, 9 de maio de 2006.

Bancos Islâmicos: Ver Z. Akhtar Aziz (Presidente do Banco Central da Malásia), na 2ª Conferência Internacional sobre Sistema Bancário Islâmico, Kuala Lumpur, 7 de fevereiro de 2006.

Itália: P.Ciocca (Vice-Diretor Geral do Banco da Itália), em discurso à ABI Convenção "Implementing Basel 2 and IAS: Tendencies, Problems, Solutions", Roma, 29 de novembro de 2004.

Japão: Matten, *op. cit.* (em China).

Malásia: Matten, *op. cit.* (em China).

Ilhas Maurício: B.R.Gujadhur (Primeiro Vice-Presidente do Banco das Ilhas Maurício), no Workshop "Challenges and Solutions to Implementing Internationally Compliant and Domestically Robust Banking Regulations in Emerging Economies" em colaboração com o Secretariado do Commonwealth, Balaclava, 6-7 de abril de 2006.

Nova Zelândia: A.Orr (Vice-Presidente do Reserve Bank da Nova Zelândia), em discurso ao Retail Financial Services Forum, Auckland, 10 de abril de 2006.

Cingapura: Matten, *op. cit.* (em China).

África do Sul: T.T.Mboweni (Presidente do Reserve Bank Sul-Africano), discurso no coquetel de fim de ano para imprensa, Johannesburg, 14 de dezembro de 2004.

Sri Lanka: S.Mendis (Presidente do Banco Central do Sri Lanka), no Seminário sobre Basileia II do SEACEN: Preparation of Implementation in the Asia-Pacific Region, Colombo, 7-10 de dezembro de 2005.

Suíça: A.Lattali, "Les effets de Bâle II sur les banques", *Flash Financial Services, PricewaterhouseCoopers*, abril de 2006.

Taiwan SAR: Matten, *op. cit.* (em China).

Thailand: Matten, *op. cit.* (em China).

Estados Unidos: S. S.Bies (*Membro do Board of Governors of the US Federal Reserve System*), observações feitas na Conferência Annual do Institute of International Bankers, Washington, DC, 14 de março de 2005; *id.*, depoimento perante o Subcommittee on Domestic and International Monetary Policy, Trade, and Technology and the Subcommittee on Financial Institutions and Consumer Credit, Committee on Financial Services, US House of Representatives, 11 de Maio de 2005; *id.*, observações feitas na Conferência do Standard & Poor's North American Financial Institutions, Nova York, 30 de novembro de 2005; *id.*, observações na International Center for Business Information's Risk Management Conference: Basel Summit, Genebra, 6 de dezembro de 2005; *id.*, observações no America's Community Bankers Risk Management and Finance Forum, Naples, Flórida, 10 de abril de 2006.

Uruguai: J.Mitchell, "Banking reform will reinforce recovery", *The Banker*, Abril de 2005.

ANEXO 2. RESULTADOS DO QIS5

TABELA 1. Variação média do capital total mínimo requerido em relação ao Acordo de Capital da Basileia de 1988 (em percentagem)

	SA	FIRBA	AIRBA	Abordagem Mais Provável
G10 Grupo 1	1.7	-1.3	-7.1	-6.8
G10 Grupo 2	-1.3	-12.3	-26.7	-11.3
CEBS Grupo 1	-0.9	-3.2	-8.3	-7.7
CEBS Grupo 2	-3.0	-16.6	-26.6	-15.4
Outros Não G10 Grupo 1	1.8	-16.2	-29.0	-20.7
Outros Não G10 Grupo 2	38.2	11.4	-1.0	19.5

Notas: *Amostra* - QIS5 foi realizado em 31 países, resultados foram recebidos de 56 bancos do Grupo 1 e 146 bancos do Grupo 2 em países do G10 que não os Estados Unidos, e de 154 de bancos de países não-membros do G10. Informações limitadas do QIS4US nos Estados Unidos, que cobre um grupo adicional de 26 bancos do grupo 1, foram incluídas nos resultados quando possível. *Grupo de Países* - O G10 (Grupo dos 10) inclui os 13 membros do BCBS: Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos. O Comitê de Supervisores Bancários da Europa (CEBS) consiste em países da EEA e candidatos à UE. Outros não-membros do G-10 neste grupo são os seguintes: Bulgária, Chipre, República Tcheca, Finlândia, Grécia, Hungria, Irlanda, Malta, Noruega, Polónia e Portugal. Outros países não-membros do G-10 participantes do QIS5 foram os seguintes: Austrália, Bahrein, Brasil, Chile, Índia, Indonésia, Peru e Cingapura. *Grupo de Bancos* - Bancos do Grupo 1 preenchem os três critérios seguintes: (1) tem capital nível 1 referente ao Pilar 1 de mais de 3 bilhões de euros; (2) são diversificados; e (3) são internacionalmente ativos. O Grupo 2 é formado pelos bancos restantes. *Abordagens* - Para SA, FIRBA e AIRBA ver Quadro 1. A Abordagem Mais Provável é aquela que se espera que um banco deve adotar após a implementação de Basileia II e é tipicamente a abordagem mais sofisticada sobre a qual o país gerou informações para integrar o QIS5. *Exposições* - A ponderação de risco de ativos foi calculada de acordo com a *Revised Framework* (ver nota 16) e inclui o fator 1.06 no caso do IRBA (ver 3A). Capital mínimo requerido inclui capital para risco de mercado (para o qual o BCBS recentemente publicou regras revisadas) e para risco operacional). (Ver BCBS, 2005).

TABELA 2. Contribuição do risco operacional ao requerimento mínimo de capital total por abordagem (percentagem)

	BIA	SAOR	AMA
G10 Grupo 1	6.3	5.7	7.2
G10 Grupo 2	8.3	7.6	-
CEBS Grupo 1	-	5.5	5.9
CEBS Grupo 2	8.9	7.9	5.4
Outros Não-G10 do Grupo 1	-	4.0	4.7
Outros Não-G10 do Grupo 2	13.5	5.2	-

Notas

Para a amostra e para grupos de países e bancos, ver notas da Tabela 1. Os números da Tabela 2 não incluem dados do QIS4US. Para BIA, SAOR e AMA, ver Quadro 1.

Comentários

- Dentre a maior parte dos grupos da tabela 1, o capital mínimo requerido decresceu para IRBA, mas o padrão é menos uniforme para SA para os quais, por exemplo, houve um pequeno aumento para os poucos bancos do G-10 do Grupo 1 que devem adotar esta abordagem.

- A estrutura dos incentivos para adoção de diferentes abordagens indicada pelos resultados do QIS5 alinha-se com os objetivos do BCBS: as reduções percentuais no capital mínimo requerido para os seis países/grupos de bancos variam de 8.1% a 20.6% para FIRBA em relação a SA, e de 5.1% para 11% para AIRBA em relação a FIRBA.²⁴

²⁴ Os números se referem apenas aos bancos que forneceram dados para ambas as abordagens comparadas.

- Condições macroeconômicas foram favoráveis na maioria dos países durante o período coberto pelo QIS5, com uma influência nos resultados que não pôde ser quantificada pelo BCBS. É provável que a influência tenha sido particularmente significativa para a estimativa de LGD feita por muitos bancos que não incorporam adequadamente os efeitos da desaceleração dos ciclos econômicos, dada a falta de informações históricas.

- Sob SA, exposições no varejo contribuem substancialmente com a queda do capital mínimo requerido, sendo as hipotecas residenciais especialmente importantes neste tópico. Aumentos significativos se devem ao risco operacional (não contabilizado separadamente no Acordo de Capital da Basiléia de 1988), embora as contribuições do risco de mercado em mudanças no capital mínimo requerido tenham sido ínfimas para serem consideradas.

- Divisões por setor das contribuições para mudanças no capital mínimo requerido para o IRBA são dadas apenas para a abordagem IRBA, cuja adoção, por parte dos bancos, é mais provável (FIRBA ou AIRBA). No caso da SA, para todos os bancos, exceto aqueles do Grupo 2 não-participantes do G10, as exposições ao risco de varejo (incluindo hipotecas residenciais) tiveram contribuições importantes para reduções de capital mínimo requerido. Exposição ao risco corporativo de atacado (ou seja, referente também a firmas que não são pequenas o suficiente para serem classificadas como pequenas e médias empresas de varejo) também dá contribuição significativa para estas reduções. Para outros bancos do Grupo 2 do G10, maiores reduções no capital mínimo requerido ocorrem devido ao risco corporativo de atacado e risco de mercado, sendo o último consequência de uma alteração, em alguns bancos do grupo, da abordagem padronizada para os modelos internos de cálculo de requerimentos de capital sob este tópico. Exposições no varejo contribuem para um significativo aumento no capital mínimo requerido, dados mais altos PDs médios e maior parcela de inadimplência em comparação com outros grupos bancários do QIS5.

- Para outros bancos de países não-membros do G10, as estimativas de capital mínimo requerido mostraram maior dispersão para SA e para o IRBA mais provável, e uma maior parcela desta dispersão do que para outros grupos é atribuível a aumentos. Estes resultados se devem à variação inter e entre países, e refletem perfis mais especializados de exposição ao risco entre os bancos participantes, bem como suas características mais específicas.

- Os bancos estavam em diferentes estágios de desenvolvimento dos seus sistemas para risco operacional, e isso se refletiu em uma alta dispersão das estimativas das contribuições às mudanças no capital mínimo requerido. Para bancos do Grupo 1 do G10, as estimativas para o AMA variaram de 1,2% para 17,8%, e para bancos do Grupo 2 do G10 estimativas para o SAOR variaram de 2,5% para 64,2%, e para o BIA de zero para 43,5%. Para outros bancos do Grupo 2 não pertencentes ao G10 as alterações foram de 5,3% para 34,3% e para o SAOR de 0,4% para 27,7%.